



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0012909-67.2012.8.26.0224

Registro: 2016.0000570274

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0012909-67.2012.8.26.0224, da Comarca de Guarulhos, em que são apelantes/apelados DANIEL GARCIA LIMA e DORALIZIA LYRA DE LIMA (ESPÓLIO), são apelados/apelantes ANA MARIA CARRER MENDONÇA (JUSTIÇA GRATUITA) e DORIVAL EMILIO VASCONCELOS MENDONÇA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não Conheceram do apelo dos réus e julgaram prejudicada a apelação adesiva dos autores. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), BONILHA FILHO E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 11 de agosto de 2016

ANTONIO NASCIMENTO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0012909-67.2012.8.26.0224

10ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP

Apelantes/ Apelados: DANIEL GARCIA LIMA, DORALIZIA LYRA DE LIMA, ANA MARIA CARRER MENDONÇA, DORIVAL EMÍLIO VASCONCELOS MENDONÇA

MM. Juiz de Direito: Dr. LINCOLN ANTÔNIO ANDRADE DE MOURA

VOTO Nº 16.657

APELAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS – RENÚNCIA AO MANDATO – CIENTIFICAÇÃO DA PARTE – OCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DE NOVO MANDATÁRIO. *Se requeridos-apelantes, cientificados da renúncia do seu procurador ao mandato, não constituem novo mandatário, nos termos do art. 45 do CPC/73, não se conhece do recurso, por falta de capacidade postulatória. Recurso adesivo prejudicado, nos termos do art. 500, III, do CPC/73.* **RECURSO DOS RÉUS NÃO CONHECIDO. APELAÇÃO ADESIVA DOS AUTORES PREJUDICADA.**

A r. sentença de fls. 588/591 julgou **procedente a ação de indenização** decorrente de acidente de trânsito proposta por **Ana Maria Carrer Mendonça e Dorival Emílio Vasconcelos Mendonça** contra **Daniel Garcia Lima e Doralizia Lyra de Lima**, para condenar o réu **Daniel** ao pagamento da quantia de R\$ 124.400,00, a título de indenização por danos morais, com juros e correção monetária a contar da sua prolação. O requerido foi condenado, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0012909-67.2012.8.26.0224

Inconformado com o desfecho da lide, o requerido interpôs, a fls. 598, recurso de apelação, vindo a arrazoa-lo a fls. 599/616. Sustenta, preliminarmente, a nulidade da r. sentença, por cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide. Alega que deveria ter sido observada a necessidade de realização de perícia médica, a fim de se apurar sua alegada culpa pelo acidente. No mérito, afirma que houve defeito na roda traseira de seu veículo, motivo por que roga pela denunciação da lide à fabricante do bem. Argumenta com a inexistência de culpa de sua parte. Afirma ser descabida a quantia a que foi condenado a título de danos morais.

Os autores recorrem adesivamente, a fls. 630, sustentando, nas razões recursais, a fls. 631/632, que deve ser reconhecida a responsabilidade solidária da corré, proprietária do veículo causador do acidente.

Recursos recebidos e processados.
Contrarrazões pelos autores a fls. 625/630.

É o relatório.

Cuidam os autos de **ação de indenização** decorrente de acidente de veículo, visando os autores **Ana Maria e Dorival**, em síntese, à reparação pelos danos causados pela morte prematura de seu filho, **Arthur Carrer Mendonça**. Aduzem que o veículo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0012909-67.2012.8.26.0224

conduzido pelo corréu **Daniel** teria dado causa ao acidente.

A lide foi julgada antecipadamente, nos termos do art. 330, I, do CPC. Reconheceu o digno e proficiente Juiz de Direito que o requerido responde objetivamente pelo evento danoso.

No evolver dos atos do processo, já em 2ª instância, foi noticiada a renúncia dos poderes conferidos aos patronos dos requeridos. Determinou-se, *incontinenti*, a regularização de sua representação processual (fls. 666).

Devidamente intimado, na pessoa de sua inventariamente, o espólio de **Doralizia Lyra de Lima** não se manifestou. E o corréu **Daniel Garcia Lima** não foi localizado no endereço constante dos autos (fls. 673).

Em semelhante cenário, de conformidade com o art. 45 do CPC/73, o advogado que renunciar ao mandato continua durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia a representar o mandante. Se, findo o prazo fixado, a parte notificada não constituir novo advogado em substituição, contra ela passam a correr todos os prazos, independentemente de nova intimação pessoal.

A consequência dessa inércia da parte em constituir novo procurador acarreta a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, circunstância que impede o conhecimento do recurso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0012909-67.2012.8.26.0224

De fato, não se pode conhecer de recurso subscrito por advogado que não esteja regularmente constituído nos autos (JTJ 165/103).

Assim, o desinteresse da parte em substituir seu mandatário deve ser interpretado como aceitação tácita da sentença, nos moldes do parágrafo único do art. 503 do CPC/73.

Neste sentido, precedentes desta Colenda Câmara:

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COBRANÇA - RENÚNCIA DOS ADVOGADOS - CIENTIFICAÇÃO DA MANDANTE - CONSTITUIÇÃO DE NOVO PROCURADOR INOCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL RECURSO NÃO CONHECIDO;"¹

"Bem móvel – Reintegração de posse – Apelação – Renúncia do subscritor – Nomeação de outro – Ausência – Desinteresse da parte interpretado como aceitação tácita da sentença – Não conhecimento;"²

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COBRANÇA. Se o apelante cientificado da renúncia de seu advogado outro não constitui, não subsiste o recurso, sendo inaplicável, na fase recursal, o artigo 13 do CPC, por caracterizar o desinteresse da parte e aceitação tácita da sentença. Inteligência dos artigos 36 e 37 c.c. § único do artigo 503.

1 TJSP – 26ª Câmara de Direito Privado – Apelação com Revisão nº 992.05.109265-3 – Rel. Des. **Renato Sartorelli** – J. 27/10/2009.

2 TJSP – 26ª Câmara de Direito Privado – Apelação nº 0032868-97.2011.8.26.0405 – Rel. Des. **Vianna Cotrim** – J. 14/08/2013.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0012909-67.2012.8.26.0224

Recurso não conhecido.³

Por fim, não conhecido o recurso principal, fica prejudicada a apelação adesiva interposta pelos autores, nos termos do art. 500, *caput*, parte final, e inc. III, do CPC/73.

Confira-se, nesse sentido, o ensinamento de **Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery**:

*“Recurso adesivo. Regime jurídico. O recurso adesivo fica subordinado à sorte da admissibilidade do recurso principal. Para que o adesivo possa ser julgado pelo mérito, é preciso que: a) o recurso principal seja conhecido; b) o adesivo preencha os requisitos de admissibilidade. Não sendo conhecido o principal, seja qual for a causa da inadmissibilidade, fica prejudicado o adesivo. Conhecido o principal, é irrelevante o seu provimento ou improvimento: o adesivo será apreciado, devendo ser analisada sua admissibilidade e, se positivo o juízo de admissibilidade (se conhecido o adesivo), será julgado pelo mérito.”*⁴

Postas essas premissas, **não se conhece** do recurso dos réus e julga-se **prejudicado** o recurso adesivo dos autores.

Antonio (Benedito do) **Nascimento**
RELATOR

3 TJSP - 26ª Câmara de Direito Privado – Apelação nº 9169813-96.2005.8.26.0000 - Rel. Des. **Felipe Ferreira** – J. 17/12/2007.

4 NERY JR. Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil e legislação extravagante*. 10ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 829, nota 4 ao art. 500.